

Gabriella D'Amico

POLÍTICA ALIMENTAR, Contexto

Roma:

População 5 milhões de habitantes

Território 5.352 km²

45% do território é área agrícola

15 denominações de origem protegida

7 indicações geo protegida (como o pecorino romano, por exemplo)



As explorações de ovinos e caprinos têm representado uma economia fundamental para o Agro Romano, determinando substancialmente a paisagem, usos e tradições do campo romano. Um contexto ideal para o caminho da política alimentar.

Gabriella D'Amico

POLÍTICA ALIMENTAR, História

Desde 2018, algumas associações de pesquisa e ONGs prepararam o caminho para o processo de baixo para cima de uma política alimentar em Roma e tomaram medidas como

- Aumentar a consciência sobre a necessidade de uma política alimentar
- Organizar muitas iniciativas relacionadas com este tema ligadas entre si
- Maior número de interessados



Finalmente, mais de 100 membros:

académicos, sociedade civil, redes de desenvolvimento sustentável, jardineiros urbanos e cooperativas agrícolas preparam uma proposta para o município.

A proposta foi apresentada ao município em Outubro de 2019: pela primeira vez, o município envolveu-se formalmente no projecto e na discussão com os outros intervenientes relevantes.

Gabriella D'Amico

POLÍTICA ALIMENTAR Dez Prioridades

No documento, a sociedade civil apresentou as seguintes 10 prioridades para a política alimentar:

- 1) Acesso aos recursos primários (especialmente terra, água e agrobiodiversidade);
 - 2) Agricultura sustentável e biodiversidade (sustentabilidade da agricultura orgânica e agro-ecologia);
 - 3) Curtas cadeias de abastecimento e mercados locais;
 - 4) Relações cidade-campo (integração entre diferentes fases da cadeia de abastecimento; foco especial nas Compras Públicas Verdes);
 - 5) Alimentação e território (reforço dos sistemas de rotulagem territorial; teste de um sistema de rastreabilidade para a cadeia de abastecimento);
 - 6) Resíduos e redistribuição (Manter redistribuição das sobras);
 - 7) Promover a multifuncionalidade (envolvendo os desfavorecidos no processo; agricultura terapêutica; agriturismo);
 - 8) Sensibilização dos cidadãos (alimentação e educação ambiental);
 - 9) Proteção da paisagem (consumo de solo contrastante);
 - 10) Planejamento da resiliência (agroecossistemas como elementos centrais das infra-estruturas; quantificação dos serviços do sistema agro-silvo-pastoril)
-

Gabriella D'Amico

POLÍTICA ALIMENTAR o caminho para a resolução FP

Desde a apresentação de "Uma Política Alimentar para Roma" em 2019, o movimento cresceu em número de membros e se tornou mais conhecida, optando por se organizar em um comitê de promoção.

O poder está na diversidade dos componentes do comitê, especialmente as associações que poderiam dar voz às pessoas que precisam estar representadas em uma aliança para uma Política Alimentar para Roma.

O comitê do PF lançou um processo de defesa das instituições públicas do Lácio para promover os princípios da política alimentar sustentável. Muitas reuniões foram organizadas e algumas cartas trocadas entre o comitê e os departamentos romanos.

O comitê de coordenação do PF iniciou um diálogo com alguns funcionários públicos do departamento romano para escrever uma resolução para a criação de uma Política Alimentar institucionalizada. A resolução foi finalmente aprovada no dia 27 de Abril de 2021. Este objectivo é apenas o ponto de partida para definir as directrizes e as actividades para pôr em prática a política alimentar.

